

Asemana



SEXTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2008 • ANO XVIII • Nº 852 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

ADEUS CARLOS ALHINHO

IN SUPLEMENTO

TACV

Governo
decide sorte
de Gilles
nos próximos
dias

Pág. 13



ECONOMIA

BANANAIS DE
SANTA CRUZ EM
MORTE ACELERADA

Cifrão

POLÍTICA

REMODELAÇÃO
GOVERNAMENTAL
DEPOIS DO CN DO PAICV

Pág. 2

SOCIAL

CONTENTOR DE CABO
VERDE ENCONTRADO
COM DROGA EM LISBOA

Pág. 13

NOVAS AGÊNCIAS GARANTIA



Sal Rei

BOAVISTA



GARANTIA
SEGUROS



Porto Novo

SANTO ANTÃO

Agora ainda mais perto de si!

www.garantia.cv

O primeiro-ministro só deve remodelar o governo depois do Conselho Nacional do PAICV, que está marcado para o próximo dia 20, soube **A Semana**. Tudo aponta que José Maria Neves decidiu esperar pela sessão de “*crítica e auto-crítica*” que deve acontecer naquele que é o mais importante órgão do partido tambarina entre dois congressos. Só depois disso, o chefe do governo irá pôr em acção as medidas que visam dar a volta por cima ao desaire de 18 de Maio, a nível do executivo e do próprio partido, PAICV. No caso do governo, garantem as nossas fontes, a remodelação vai ser profunda.



Remodelação só depois do Conselho Nacional do PAICV

Três semanas depois das eleições autárquicas de 18 de Maio, que deram a vitória ao MpD, o primeiro-ministro já está, tudo indica, a preparar a sua próxima remodelação governamental. José Maria Neves, apurou este jornal, esteve na semana passada em retiro, com passagens discretas pelas ilhas do Sal e de S. Vicente, a ouvir pessoas das suas relações, em busca de conselho e inspiração para a recomposição do seu elenco governamental.

O FACTOR JC

Esta semana, na terça-feira, a Comissão Política Nacional do PAICV voltou a reunir-se, desta feita para fixar a agenda do CN e a data da reunião: 20, 21 e 22 deste mês. Igualmente ficou assente fazer, entre outras acções, um “*retiro*” entre os membros da CPN para discutirem, de forma mais aprofundada e aturada, o funcionamento dos órgãos do partido e as medidas a tomar. Até porque, conforme um dos comissários e no que pareceu ser uma alusão à entrevista de Júlio Correia ao **A Semana** na edição anterior deste jornal, “*algumas destas questões já se tornaram de interesse público*”.

Ainda que não tenha sido alvo de nenhuma outra abordagem directa ou indirecta, não há dúvida de que a entrevista de JC é o assunto do momento. Basta ver a quantidade de comentários produzidos, por exemplo, nos mais diversos media, em especial no fórum do “*asemanaonline*”. Uns para concordar com o ex-ministro da Administração Interna e outrora próximo de José Maria

Neves, outros para dele discordarem, nos mais diversos aspectos.

Confrontado com o teor de tal entrevista, na quarta-feira, durante a conferência de imprensa em que anunciou as últimas decisões da CPN tambarina, o secretário-geral do PAICV, Basílio Ramos, alegou que essa força política é um partido aberto, democrático e plural, “*por isso, encara com naturalidade as posições tomadas por cada um*”, salientando que é normal a existência de “*divergências sobre a organização e o desempenho do PAICV entre os dirigentes*”. “*Nos órgãos próprios isso será discutido e estou certo que vamos ultrapassar tais diferenças. Não há drama*”, conclui Ramos, antevendo assim um CN vivo e participado.

VICTOR BORGES E FILOMENA MARTINS

Entretanto, até que chegue o dia do CN, José Maria Neves parece estar a preparar as suas medidas, nomeadamente a nível governativo, em reacção ao desaire de 18 de Maio. Dos vários contactos, feitos por este jornal, prevalece a ideia de que JMN terá de dar um grande safanão ao governo e a melhor forma disso acontecer é proceder a uma remodelação governamental profunda. “*O povo falou; e mal andaremos em fingir que nada de especial se passou*”, aconselha um dirigente sob anonimato.

Assim, apesar dos nomes não estarem ainda sobre a mesa (mas na cabeça de JMN), há sectores do governo que dificilmente deverão sair incólumes duma eventual re-

modelação. Até porque, a par do sentimento perceptível na sociedade, o próprio JMN tem na sua posse sondagens que lhe indicam onde estão os pontos fracos do seu governo neste momento. Justiça, segurança, transportes, energia e água, ambiente e agricultura, formação profissional, administração pública ou reforma do Estado e descentralização são os domínios que se mostram mais críticos, a fazer fé nas nossas fontes.

Por outro lado, ainda que esteja fora da avaliação negativa dos cabo-verdianos, um dos ministros que dificilmente continuará no executivo é, por exemplo, Victor Borges. Este, a par de Filomena Martins, há muito vem pedindo para deixar o executivo, fomos revelado.

No caso de VB, já em 2004, quando deixou o Ministério da Educação, foi com muito custo que JMN conseguiu retê-lo na sua equipa. E, agora que o dossier da parceria estratégica se encontra definitivamente nos carris, é bem provável que Borges aproveite a embalagem para ir tratar da sua vida, como parece ser seu desejo. E, no caso de Filomena Martins, razões de foro pessoal ou familiar são apontadas como motivos para uma sua eventual saída do executivo, mais do que as que possam sugerir as sondagens.

Tirando esses dois casos, e embora contestado, nomeadamente por Júlio Correia e sectores afectos à TACV, Manuel Inocêncio Sousa, em princípio, só deverá deixar o governo se quiser. Graças às infraestruturas, ele é tido como o ministro mais realizador, com aeroportos e estradas a rasgarem o país inteiro, pese embora uma ou outra falha, como, na evidente degradação dos

aeródromos do Maio e do Fogo, bem como a nível dos portos (Enapor) cujo processo de modernização continua no papel ou em projecções de slides. Neste caso, mais concretamente em relação ao Porto da Praia, só agora, com o financiamento do MCA, Banco Mundial e outras instituições, é que as coisas começam a marchar.

No caso da TACV, Inocêncio tem contra ele a descrença da opinião pública em torno da reestruturação dessa companhia, que acontece sob o comando do Gilles Filiatreault. Por mais números que apresente a favor desse saneamento, e mesmo em se tratando de uma empresa que goza de pouca simpatia junto dos cabo-verdianos, o sentimento prevalecente é: ou o JMN mete as mãos neste leme e dá outro rumo à TACV ou o avião afunda-se com todo o PAICV a bordo.

Por isso, a continuar no governo, uma das possibilidades mais fortes neste momento é o desmembramento das pastas na posse de Manuel Inocêncio Sousa. Um quadro, aliás, que se repete em relação a várias outros sectores do governo, cuja junção se mostra pouco aconselhável. No caso de Inocêncio, o problema é se ele irá aceitar isso, sem deixar passar a ideia de estar a ser despromovido. Afinal, a par de Basílio Ramos, ele, Inocêncio, é um dos dois ministros de Estado deste governo e um dos três vice-presidentes do PAICV, tido como homem sério, ponderado e o braço-direito de José Maria Neves. E, por causa disso também, fonte de algumas rivalidades no governo e no PAICV.

JVL

PUB

Governo refuta dupla tributação

O governo, através do ministro das Infra-estruturas, Transportes e Mar, considera que o decreto-lei que institui a taxa da estrada não é inconstitucional nem enforma um caso de dupla tributação, como a oposição pretende fazer crer junto da opinião pública. Manuel Inocêncio Sousa justifica que a medida surge no âmbito da reforma rodoviária em curso em Cabo Verde e é uma resposta do governo às imposições dos parceiros de investimento do país, que mandam criar um fundo autónomo para conservar os mais de 15 milhões de contos já investidos no sector.

O governante fundamenta que a “bondade dessa taxa” é a de criar definitivamente condições para se continuar a investir, a manter e a pôr de pé uma boa rede de estradas em todo o país. “De 2001 a esta parte o executivo já investiu, no quadro do seu programa de modernização e extensão da rede viária nacional, mais de 15 milhões de contos em estradas construídas, que devem arrancar ou estão em curso em todo o território nacional. Temos muitos outros investimentos a realizar no sector rodoviário até ao fim desta legislatura. Só para o anel rodoviário do Fogo, cujas obras devem arrancar brevemente, vamos investir cerca de três milhões de contos. Outros quatro milhões de contos serão canalizados para um pacote de estradas rurais, a serem edificadas nas ilhas de Santo Antão, Santiago e Fogo”.

Além de assegurar a continuidade dos investimentos feitos, Manuel Inocêncio Sousa justifica que a taxa agora instituída surge também como uma das imposições dos financiadores dos grandes projectos no sector rodoviário. “O cidadão vai, portanto, pagar uma taxa para a manutenção das infra-estruturas viárias, tendo em contrapartida condições para circular com conforto e segurança na sua viatura. Ademais, todos os parceiros de desenvolvimento, como o Banco Mundial, MCA e BADEA, inscreveram nos respectivos acordos de financiamento assinados com a cidade da Praia esse requisito, que o governo tem de instituir um fundo da segunda geração, isto com base no princípio de que cada utilizador deve ser pagador de algo que usou”.

O titular do MITM lembra que tudo começou com a reforma institucional do sector rodoviário, que culminou em 2006 com a criação do Instituto de Estradas e do Fundo Autónomo da Manutenção Rodoviária (FAMR).

É que, segundo aquele responsável, em 1997 o então executivo do MpD criou um fundo rodoviário, que nunca chegou a funcionar. “Esse fundo era financiado através de uma verba constante do Orçamento do Estado. Só que, na prática, nunca desbloqueou esses recursos junto do tesouro e ficou, por isso, sem meios para investir e conservar as redes viárias. O actual governo criou, por isso, a taxa da estrada, que vai ser canalizada directamente para o Fundo Autónomo da Manutenção Rodoviária (FAMR), para este concretizar o fim para o qual foi criado”.

Inocêncio Sousa acrescenta que, contrariamente ao que pretende fazer crer a oposição, não existe uma dupla tributação com o decreto-lei em causa, pela simples razão de a taxa de serviço instituída não ser um imposto.

O ministro explica, por outro lado, porque esse diploma é constitucional. “Para efeito da promulgação, nós, o governo, tínhamos remetido, em 2006, o decreto-lei sobre taxas da estrada à Presidência da República, mas esta devolveu-o à precedência, por entender que só se podia avançar com tal diploma depois de o parlamento aprovar a lei geral das taxas. Com efeito, o governo tomou a iniciativa de elaborar essa lei geral das taxas, que foi depois aprovada em finais de 2007 pela AN. De seguida, o decreto-lei suspenso foi de novo remetido ao PR, que o promulgou. Não é, portanto, inconstitucional o diploma que institui a taxa de estrada”, assegura Manuel Inocêncio Sousa.

ADP



A taxa da discórdia... nas estradas

A Taxa do Serviço de Manutenção Rodoviária, publicada esta semana para vigorar a partir de 2 de Julho, ao estipular a cobrança de sete escudos a mais por cada litro de gasóleo/gasolina que se adquirir nas gasolinas, está a gerar uma viva controvérsia. O montante arrecadado, diz o governo, servirá para financiar um Fundo Autónomo encarregue de cuidar, preservar e fazer a manutenção de toda e qualquer estrada no país. Mas o MpD anunciou já que vai “solicitar a inconstitucionalidade” desse diploma, alegando que este é um “imposto travestido de taxa”, quando já existe no país um outro imposto, o da Circulação Automóvel, que supostamente deveria servir para assegurar a qualidade das estradas do país.

Desde a passada segunda-feira, 02, dia em que o Boletim Oficial trouxe estampado o decreto-lei nº16/2008, para entrar em vigor no próximo dia 2 de Julho, que o país marcha ao ritmo da TSMR. E nos prós e contras estão o governo e a oposição. Enquanto esta última reprova a medida, dizendo ser este um imposto disfarçado de taxa e, por isso, afirmando que o decreto-lei do governo que estabelece a TSMR é inconstitucional; a situação, por seu lado, defende que estes são os custos do desenvolvimento e se os cabo-verdianos querem boas estradas têm que pagar por elas. Há ainda aqueles que pensam que realmente faz sentido a criação desta taxa, baseada no princípio utilizador-pagador, mas que devia ser um pouco menos, metade por exemplo do estipulado. Outros trazem à colação o salário e pedem frente a essa taxa de sete escudos por litro de gasolina consumida, por arrastamento, aumentos salariais.

Mas, afinal, o que é a Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária? O director do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, José Figueiredo, explicou ao **A Semana**, que “o acordo entre o governo e o Banco Mundial assinado em 2005, sobre o financiamento do sector rodoviário no valor de 15 milhões de dólares (um milhão e 200 mil contos), incluía a criação de um fundo para a manutenção das estradas que vêm sendo construídas pelo país”. Desde 2005, esse fundo vem sendo financiado pelo Imposto de Consumo Especial (ICE), cobrado sobre os combustíveis, enquanto a TSMR não entrava em vigor.

E, na defesa do princípio do utilizador-pagador, o governo decidiu que os postos de gasolina funcionariam como portagens, sendo esta a forma que consideram mais justa e prática para a colecta da taxa. Para chegar ao montante a

cobrar, José Figueiredo explica que por ano, os trabalhos de manutenção das estradas do país atingem valores na ordem dos 300 mil contos, mínimos. “Calculou-se que em 2008 o volume de combustível a vender nas bombas estaria pelos 42 milhões de litros. Daí, para alcançarmos os 300 mil contos, a taxa a cobrar por litro de combustível deveria ser de sete escudos”, esclarece.

Porém, uma das questões que o MpD levantou esta semana é como se fará o discernimento entre o combustível que é vendido para a circulação rodoviária e aquele que serve para outros usos, como motores de pesca ou geradores de energia. O director da FAMR diz que, com a ajuda das gasolinas, se vai pôr um colorante no combustível destinado a outras utilizações, e que não servem para encher tanques dos veículos. “Quem provar, no final do ano, que a gasolina que comprou não foi para circular nas estradas, terá o seu dinheiro cobrado como taxa de volta. A FAMR irá ressarcir-lo”, garante Figueiredo. Questionado sobre a viabilidade desta solução, o director da FAMR responde que “com o tempo tudo funcionará, normalmente”.

E porquê instituir esta taxa para todas as ilhas, já que nem todas têm as mesmas infra-estruturas viárias, nomeadamente estradas asfaltadas? José Figueiredo vai dizendo que “não se pode dividir o país” e que o Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária tutela “toda e qualquer estrada de Cabo Verde”, seja ela asfaltada, calçada ou de terra batida. Aliás, lembra, as estradas calçadas também precisam de manutenção. Idem para as de terra batida, mormente quando chove e, para serem utilizáveis, exigem obras várias. “Aliás, difícil será encontrar um carro que só circula em terra batida”, argumenta aquele responsável que deve velar para que todas as estradas do país estejam transitáveis porque é através delas que circulam pessoas e bens.

A Semana também ouviu os principais visados desta medida – os condutores. Ângelo, ‘hiacista’ que normalmente faz Praia/Assomada, fala dos benefícios da estrada que liga os dois concelhos da ilha de Santiago e como, realmente, começou a poupar em amortecedores e outras peças do carro. Concorde com a taxa, pois tem a consciência da importância da manutenção daquela estrada, mas acha que o valor cobrado devia ser menor. Já Maria Semedo, funcionária pública, pede ao “governo para, quando decidir criar novas taxas, pensar também na actualização dos salários”.

Ulisses Correia e Silva, novo presidente da CMP, já tem equipa formada

A poucos dias de tomar posse nas novas funções de presidente da Câmara Municipal da Praia, Ulisses Correia e Silva já tem constituída a sua equipa de trabalho. Abelardo Amado, Segurança; Victor Coutinho, Urbanismo e Ordenamento; Óscar Santos, Economia; António Lopes da Silva, Cultura, Educação, Juventude e Desporto; Glória Silva, Acção Social; Maria Aleluia Barbosa, Cooperação Descentralizada; e Edna Oliveira, Questões Jurídicas são os integrantes do “executivo” de Correia e Silva cuja primeira medida à frente da CMP é efectuar uma auditoria para saber o que vai receber do seu antecessor, Felisberto Vieira, do PAICV.

A solicitação imediata de uma auditoria por uma entidade independente, para avaliação financeira e económica do município, de contratos e de pessoal, juntamente com o início de medidas de natureza institucional, serão as primeiras acções do novo presidente eleito da Câmara Municipal da Praia, Ulisses Correia e Silva. Este prevê a sua posse para o dia 16 de Junho.

Depois de ter estado no governo nos anos noventa, liderando depois a bancada parlamentar do MpD, Correia e Silva alega que a auditoria por ele pretendida tem, essencialmente, um carácter técnico. “Os seus resultados”, explica, “servirão para dar suporte à tomada de decisões do executivo. A auditoria é um instrumento fundamental de controlo de gestão e, por iniciativa

própria, manteremos a prática de auditar a administração anualmente e publicar os resultados”.

Quanto aos rumores de que na gestão corrente - período compreendido entre o dia 19 de Maio e a data da posse - estão a acontecer irregularidades como a venda de terrenos, licenciamento de táxis e contratação de pessoal, o novo autarca avisa que “*eventuais irregularidades constatadas serão tratadas da forma adequada, conforme o previsto na lei*”.

Independente da auditoria, o início efectivo da nova gestão é imediato, mal a posse tenha lugar, a 16 de Junho. E, sendo assim, Ulisses Correia e Silva já definiu a sua equipa de vereadores: Abelardo Amado, na área de Segurança; Victor Coutinho, Urbanismo e Ordenamento; Óscar Santos, Economia; António Lopes da Silva, Cultura, Educação, Juventude e Desporto; Glória Silva, Acção Social; Maria Aleluia Barbosa, Cooperação Descentralizada; e Edna Oliveira, Questões Jurídicas.

Montada a equipa, e uma vez no terreno, as primeiras acções do novo governo municipal serão de natureza institucional, nomeadamente, para implementar o Conselho Municipal da Juventude e encarar o dossier da segurança. Este foi, de resto, um dos pontos fortes do seu programa e campanha eleitorais. Aqui consta a criação da polícia municipal, contando para isso que o Parlamento venha a ajudar a tomada de medidas com vista a

acelerar as acções políticas e legais para esse fim. É que embora há muito anunciada, até hoje nenhuma autarquia conseguiu pôr de pé um corpo policial.

Uma outra prioridade da nova CMP é a implantação dos conselhos de bairro, um instrumento de participação da comunidade na gestão do município. “*Cabe aos municípios acompanhar e fiscalizar as acções da câmara*”, advoga Ulisses Correia e Silva, para quem o papel dos conselhos é o de aproximar e facilitar o diálogo entre o gestor público e a comunidade. Fazendo jus ao lema da sua campanha, Praia tem solução, o novo edil acredita que muitas dessas soluções serão encontradas em diálogo e concertação com os municípios.

CONVIVÊNCIA

Para os próximos quatro anos Ulisses Correia e Silva diz pretender que a cidade da Praia ganhe em melhorias físicas e sociais, e também das relações institucionais com o fortalecimento da Assembleia Municipal. Para isso as reuniões que, por lei acontecem três vezes por ano, têm de se tornar mensais.

“*É preciso que haja mudanças nas práticas - como a entrega dos documentos aos deputados em tempo hábil para análise e discussão - de forma a permitir a efetiva autonomia dos órgãos. A Assembleia precisa cumprir seu papel de fiscalizar o executivo*”, defende Ulisses Correia e Silva.



PUB

E AGORA, JOSÉ!



GERMANO ALMEIDA

“**Assim, e passado que seja o “choque da derrota”, porque de uma derrota se trata, ESTE GOVERNO VAI TER QUE ASSUMIR MUDAR DE POLÍTICA! Não se trata de “ter de”, é mesmo um “ter que”, um imperativo categórico. Sob pena de perder as eleições Legislativas que se aproximam.**”

Junto de algumas pessoas minhas amigas e próximas do PAICV, assumi o compromisso firme, solene, irrevogável (diria mesmo, a imitar Bill Clinton, “*um compromisso consistente*”) de, até as próximas eleições, não só de não dizer mal do PAI, seja por pensamentos ou acções, quanto mais por palavras escritas, como também uma vez por outra, como quem não quer a coisa, arranjar maneira de meter um ou outro discreto louvorzinho às acções do Governo.

Na realidade tratou-se de um negócio: sou perdoado dos dois jantares que o casmurro do Gualberto do Rosário me fez perder, e em troca faço elogios ao PAICV.

Bem entendido que não posso dizer que tenha sido um pacto extorquido por meios violentos, assim uma espécie daqueles acordos a que os países vencedores obrigam os vencidos em guerra, afinal das contas exerci a minha liberdade de poupar três jantares, um ganho considerável quando o preço da comida está pelos olhos da cara. Porém, não fiquei numa situação confortável, porque se há coisa difícil de fazer neste momento, é inventariar razões para louvar o PAICV, se até a tinta, dita indelével, ainda está na minha unha passadas que são duas semanas sobre as eleições.

Assim, sou obrigado a tentar contornar as coisas, ainda que nem sempre seja líquido. Por exemplo, dizer que desde o segundo dia deste mandato legislativo que o PAI começou a pôr-se a jeito para perder essas eleições, será dizer mal? Não quero admitir que sim, até porque o próprio presidente do partido e primeiro-ministro já veio à imprensa dizer que assume a responsabilidade da derrota. Muito bem, mas que significa realmente essa assunção de responsabilidade de uma derrota que mesmo nós que não somos políticos de há muito víamos anunciada? Ele vai submeter-se a julgamento (não dos seus colegas de partido, claro, mas do nosso, nós que o elegemos em nome de um programa que não se mostrou respeitado)? Na verdade ninguém sabe o que realmente significa essa frase feita, “*assumir a responsabilidade da derrota*”.

Bem entendido que temos exemplos, basta lembrarmos de como Guterres procedeu em Portugal, o país de onde copiamos tudo, desde leis a comportamentos: perdeu as eleições autárquicas de 2001 e demitiu-se do Governo *in continenti*, no próprio dia.

Mas claro que não se exige isso ao nosso primeiro-ministro. Eu pelo menos não exijo, não só em nome do meu compromisso consistente, como também porque a coisa só teria piada se tivesse sido feita *tout de suite* imediatamente.

O primeiro-ministro confessou-se chocado com a derrota em Santa Catarina. Não só ele, sobretudo por outras perdas importantes e derrotas humilhantes, como essa de o PAICV não ter vencido em uma única mesa de voto na Boa Vista.

Assim, e passado que seja o “*choque da derrota*”, porque de uma derrota se trata, ESTE GOVERNO VAI TER QUE ASSUMIR MUDAR DE POLÍTICA! Não se trata de “*ter de*”, é mesmo um “*ter que*”, um imperativo categórico. Sob pena de perder as eleições Legislativas que se aproximam.

Diria que o PAICV vai ter que escolher entre nós caboverdianos que não temos dinheiro mas temos direito a voto, e os investidores estrangeiros com dinheiro mas sem voto; vai ter não apenas que moderar, como também justificar, a venda de cada pedaço do único património que temos, a saber a terra. Vai ter que rapidamente pôr cobro a essa desenfreada especulação imobiliária da nossa terra por parte de estrangeiros cuja única preocupação é enriquecer e partir para paragens mais lúdicas.

É preciso dizê-lo com toda a clareza: o sonho tão nobremente acalentado e elevado ao seu ponto triunfante no 30º aniversário da independência, foi matado. O orgulho nacional, espezinhado nos anos de Governo MpD, mas ressuscitado pelo PAICV na campanha do inimitável slogan “*POR AMOR À TERRA*”, foi de novo sacrificado neste segundo mandato de forma cruel e injusta. Porque de novo deixamos de sentir esta terra como nossa, e agora de forma mais humilhante, porque afinal das contas o MpD tinha vendido empresas públicas, enquanto o PAICV está a vender a própria terra, seja do Estado, seja de privados que expropria sem respeito pela lei.

Assim, alguém, não sei quem, mas alguém tem que dizer a este partido no poder que está a agir mal. Alguém tem que dizer ao PAICV que ele é um partido que de alguma forma se afirma de esquerda, e as pessoas esperam dele uma política ideologicamente consequente. As pessoas têm que saber que votar os partidos A ou B ou C não é apenas escolher entre pessoas mais ou menos simpáticas ou bem falantes. Ora quando é o líder da oposição que vem chamar a atenção para o facto de o Governo não poder negar que “*há mais*

desigualdades sociais em Cabo Verde e que o fosso do rendimento entre ricos e pobres aumenta todos os dias no país” e que é preciso haver mais solidariedade e mais justiça social, parece estar-se na hora de se impor um reposicionamento político do partido. Porque não basta saber-se o que é melhor para o povo de Cabo Verde; é preciso que o povo acredite que a política que está a ser seguida é a melhor para ele e para o país.

Diria que a grande tragédia de todos os nossos políticos é acreditarem que a pouco e pouco acabam ficando infalíveis e a sua palavra vira dogma. Mais: perderem a consciência de que esta terra continua a ser uma pequena aldeia onde todos nós nos conhecemos e onde os nossos comportamentos estão a todo o momento a serem avaliados. Ora o PAICV parece ter-se de novo esquecido disso. De contrário, como compreender o sufoco pelos impostos a que está sujeito um pequeno número de nacionais, enquanto os estrangeiros desfrutam à tripa-forra das maiores facilidades? Como compreender que para os cargos ou simples prestações de serviço mais insignificantes se tenha o dedo certo indicando um militante ou um próximo disso? Como compreender o monumental e continuado erro que tem sido a gestão dos TACV, a ponto de uma militante do PAICV me ter confidenciado que a palavra d’ordem geral nestas autárquicas foi “*votar Ulisses, para eles aprenderem*”? Ou o desrespeito dos direitos dos proprietários de terras da Boa Vista que não ignoram que as exigências exageradas que lhes têm sido impostas como condição para a sua indemnização estão longe de serem as mesmas feitas em outras ilhas? Ora se a tudo isso juntarmos o grave atentado aos direitos dos trabalhadores constante do novo código laboral, uma lei que o ministro do Trabalho disse ter sido a mais consensual de todas as feitas em Cabo Verde, mas que na verdade foi capaz de repudiar a regra sagrada dos “*direitos adquiridos*”, apanágio dos trabalhadores reverenciado desde 1848 na ordem jurídica que herdámos, aliada à insegurança que grassa pelo país, não apenas a insegurança psicológica, mas também a insegurança física, evidente na incapacidade de se pôr cobro ao crescente clima de impunidade de crimes graves - será fácil compreender essa derrota que está exigindo que o PAICV vá escarafunchar no fundo do baú em busca de algum resto da sua primitiva ideologia ao lado dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos e se reposicione em conformidade. De contrário, que proponha então uma fusão ao MpD; é absurdo termos a digladiar na sociedade dois partidos de idêntica matriz ideológica.

SECTOR DO LOTO

Concurso N°2008/22 de 01 de Junho de 2008

TOTOLOTO

Números Extraídos: 2 - 37 - 41 - 43 - 46 - 47

1.º Prémio.....6.086.526,50.....1a).....**6.086.526**

2.º Prémio.....472.190,20.....3.....**157.396**

3.º Prémio.....708.285,30.....216.....**3.279**

a) Praia

Previsão para esta semana (Concurso n° 23 de 11-06-08)

TOTOLOTO

600 000\$00

JOKER

Número Premiado: 952839

1.º Prémio.....8.091.422,00.....0.....(JACKPOT)

2.º Prémio.....389.438,00.....1.....**389.438**

3.º Prémio.....177.059,25.....3.....**59.019**

4.º Prémio.....295.098,75.....38.....**7.765**

JOKER

8 500 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!

JC, SUPERSTAR

“Toda a árvore que não der bons frutos será cortada e lançada ao fogo. Pelos seus frutos os conhecereis”

MATEUS 7:19,20

Alguém comentava outro dia que o discurso de um dos intervenientes - na assembleia de militantes do PAI ocorrido no Palácio da AN, no passado dia 24 de Maio - parecia dar indicações de que aquele militante estaria na disposição de despoletar um Congresso extraordinário e, nele, desafiar a liderança de José Maria Neves. Lembro-me de ter retorquido na altura que, dos dirigentes de proa do PAI, Júlio Correia (JC) era o único que estaria em condições de questionar a liderança de JMN. E as razões são claríssimas: é o único dos grandes que ganhou na última jornada. Melhor: é o único que tem ganhado sempre. Mas não se tratava de JC.

JC fazia parte do losango do meio-campo que conduzia o jogo do PAI. Fazia a posição 6. JMN (posição 10) ocupava a outra ponta do eixo da diagonal perpendicular à linha que divide o campo. E Inocêncio (à direita) e Basílio (à esquerda) ocupavam os dois vértices dos extremos da diagonal horizontal à referida linha.

Com o tempo e com as peripécias do jogo, o losango distorceu-se e a sua configuração já mais parecia a do papagaio de papel com que a meninada brincava no meu tempo: o eixo horizontal aproximou-se da ponta ocupada por JMN, fazendo com que a ponta ocupada por JC ficasse bastante distante do resto do meio campo. Inocêncio e Basílio ficaram mais perto de JMN e mais próximos um do outro. O problema é que a transposição do losango para a «pipa» nunca é isenta de custos. Já vimos isso com Paulo Bento e Miguel Veloso: é quando o Miguelito recua tanto que mais parece um terceiro central. E, quando assim acontece, quase sempre o Sporting perde (porque se imobiliza um criativo que, para além de recuperar bolas, também participa na organização dos lances de ataque).

Quando topa que, com a nova disposição, o meio-campo, na prática, integrava apenas o triângulo superior do losango (a trindade Inocêncio, JMN e Basílio), JC deixa a linha média e busca novos ares.

Com a «trindade» do meio-campo tambarina claudicando diante de um adversário que, teoricamente, estaria ao seu alcance, seria de esperar que JC *botasse pra quebrar*. Mas JC é um *gentleman* e um militante (dirigente) responsável. Foi muito comedido. No entanto, ainda assim (e porque para bom entendedor meia palavra basta), falou e disse.

«Agora que o jornal «A SEMANA» resolveu (em boa hora) preitar o vencedor», vamos então ler a entrevista a JC, conduzida por José Vicente Lopes (JVL).

Muito ao jeito tambarina, diz-nos JC, que:

1. Há gente com influência desproporcional no partido (gente que nunca ganhou umas autárquicas, mas que está sempre na mó de cima, controlando o dossier autárquico e «impondo» candidatos);

2. Há gente com peso excessivo na

governança;

3. Há (no Governo) gente a quem tem faltado sensibilidade para execução do pensamento do PM;

4. Os dossiers Santa Catarina (de Santiago) e São Filipe (Fogo) foram mal geridos;

5. Há *déficit* de espaço para discussão aberta dos problemas do partido;

6. Há um Ministro (pelo menos) que desobedeceu ao PM, recusando-se a fazer campanha por ser desafecto do candidato que foi incumbido de ajudar;

7. A liderança do Sector Autónomo da Praia é fraca e tem responsabilidades nos resultados da eleição de 18 de Maio;

8. Se está fazendo asneiras na aerogare de São Filipe (e que elas jogam e jogarão contra o partido);

9. A condução desastrosa do dossier TACV terá dado alguma contribuição para a derrota de Felisberto Vieira;

10. JMN precisa estar melhor apoiado na organização do partido.

Parece não haver dúvidas de que JC quer uma nova «trindade» a governar o PAI e o país. E parece natural que ele seja um dos membros da «trindade», conquanto, justiça lhe seja feita, ele assim não se tenha posicionado em momento algum da entrevista.

É natural porque, antes de mais, ele é dos poucos (quase o único) a quem não se pode debitar a derrota do PAI nesta ronda; depois porque, afinal, ele é JC (e caramba! quem melhor habilitado do que um JC para escorraçar os *vendilhões* do templo e para, em momento pós ressurreição, se apresentar sentado à direita do PAI?!).

O entrevistador, JVL, quis que JC desse o nome aos bois.

Mas precisava? Quem nunca ganhou uma eleição autárquica, mas que está sempre controlando o processo autárquico no PAI? Quem não tem tido a necessária sensibilidade para dar execução ao pensamento do PM? Quem responde politicamente pelas aerogares? Quem assumiu o controlo do dossier privatização dos TACV? Os pontos 1, 2, 3, 8 e 9, deste apontamento, apontam claramente para Manuel Inocêncio Sousa. Um alvo a ser *reclassificado*, no dizer de JC.

Os pontos 4 (dossiers Santa Catarina e São Filipe), 5 (*déficit* de democracia interna) e 10 (JMN mal secundado), interpelam claramente o triunvirato (Inocêncio/JMN/Basilio) que dirigiu o processo eleitoral, sendo certo que JC fez questão de

sublinhar as EXCELSAS qualidades de JMN e de Basílio.

O ponto 6 questiona, inequivocamente, a permanência de Lívio Lopes no Governo e na cúpula do PAI. É voz corrente no país que Lopes se teria recusado a fazer campanha por Ungeno (contra quem já se posicionara em anteriores eleições autárquicas). Coerência por coerência, JC respeita a liberdade de escolha de Lopes mas é peremptório quanto à sua saída do Governo: ou SAI ou é SAÍDO.

O ponto 7 tem a ver com a prestação de José Maria de Pina. Nestas autárquicas e não só. JC afirma claramente que o PAI merece outra (mais forte) liderança na Praia, onde, diz ele, o partido é muito forte.

Diante disso, com ou sem Congresso, JMN, Primeiro-ministro e Presidente do PAI, vai ter que explicar muito bem porque carrega Inocêncio às costas. JC não é o primeiro dirigente tambarina a contestá-lo: os autarcas João Baptista Pereira e Felisberto Vieira (ambos, à moda tambarina, que é como quem diz, mais em compreensão do que em extensão), em momentos diferentes, apontaram o dedo ao Lorde das Infra-estruturas. JC espera ainda posicionamentos inequívocos de JMN em relação a Lívio Lopes e a José Maria de Pina (e seus pares do SUP do PAI).

E os conselheiros do PAI vão ser chamados para descodificar o que JC chama de DIVERSIFICAÇÃO DA LIDERANÇA, e implementá-la a tempo de terem a organização necessária e suficiente para dar corpo à estratégia a seguir até ao Congresso.



ANTÓNIO LUDGERO CORREIA

“
Parece não haver dúvidas de que JC quer uma nova «trindade» a governar o PAI e o país. E parece natural que ele seja um dos membros da «trindade», conquanto, justiça lhe seja feita, ele assim não se tenha posicionado em momento algum da entrevista.
”

VENHA SORRIR CONOSCO!

Visite o Brasil!

33 ANOS DE EXPERIÊNCIA



Dr. VICENTE BELCHIOR

Odontologia Especializada

Implantes com Carga Imediata (SUA PRÓTESE FIXA EM APENAS UM DIA)

Reabilitação Oral - Especialista em Implantodontia e Prótese Dental - Implantes Dentários

Visite o portal do seu sorriso

www.vicentebelchior.com.br

Rua Torres Câmara, 700 - Aldeota - Fortaleza - Ceará/BRASIL

Tel: +55 (85) 3261.0282 - 3224.5328 - 9985.5230

E-mail: vicentebelchior@vicentebelchior.com.br

UMA QUESTÃO DE COMUNICAÇÃO



JOSÉ MARIA VARELA

“
**Hoje, nas campanhas
e no futebol, os
erros são fatais dado
que, tanto num caso
como no outro, o
amadorismo tem
cedido lugar ao
profissionalismo.**”

No último número deste jornal, numa grande entrevista, Júlio Correia - dirigente do PAICV e ex-governante - fez uma interessante radiografia do embate eleitoral passado, apontando os “erros” cometidos pela equipa tambarina. Muitas falhas que ditaram a derrota do partido do governo nas autárquicas. Hoje, nas campanhas e no futebol, os erros são fatais dado que, tanto num caso como no outro, o amadorismo tem cedido lugar ao profissionalismo. Já não há lugar para grandes improvisos porque tudo é estudado e programado ao mínimo detalhe, com rigor científico. Por exemplo, seria quase impossível, neste Euro 2008, a selecção de Portugal recuperar de uma desvantagem de três golos e ganhar por 5 a 3 como acontecera no mundial de 66, frente à Coreia, pois o sector defensivo é cada vez mais forte. No campo político, os sucessivos resultados eleitorais provam que o PAICV e o MpD são equipas de mesmo campeonato e um dos factores que poderá ser decisivo para determinar a vitória ou a derrota numa eleição poderá

ser a quantidade de erros do adversário: quem for menos perdulário ganha.

Da citada entrevista, Júlio Correia insurge-se contra os seus adversários políticos que, no Fogo, fizeram circular que “a cobrança que se faz da taxa moderadora é absolutamente ilegal, injusta, que o governo está a cobrar e que se ganharem, acabam com essas taxas.” (A acusação segundo a qual esta mensagem estaria a ser passada por indivíduos responsáveis pela execução dessas políticas ou alegado envolvimento de algumas estruturas desconcentradas de Estado na campanha, das mais diversas formas, é assunto para ser tratado em outro espaço). Sabendo, que a época de campanha é propícia a todo o tipo de boatos - e aqui não há santos, nem de um lado, nem do outro -, o PAICV já deveria estar preparado para essa eventualidade, montando então uma estratégia para a batalha da informação. E isto não é empreitada para uns escassos quinze dias de campanha e, como já se viu, a falta de informação dá azo a todas as especulações. Todas as medidas tomadas pelo governo e que tenham implicações com a vida dos cidadãos - do IVA à taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária, passando pela taxa Moderadora de Saúde -, devem ser convenientemente explicadas. Noutras paragens, é costume os governos lançarem “balões de ensaio” para se aperceberem da direcção do vento ... Expediente eleitoralista ou atitude pragmática, evita a sensação de “soco no estômago”. Embora em posições diferentes, numa coisa governo e oposição estão em pé de igualdade: no capítulo da comunicação vence quem for mais eficaz. Aqui, nem é preciso inventar, apenas actualizar com o que se faz em redor. Pessoalmente, não gostaria que o marketing político transformasse os eleitores em puros “consumidores”

e os partidos em meras “marcas”. Mas às vezes diz-se que “albarda-se o burro à vontade do dono”.

Os políticos devem (deveriam) ser sinceros nas promessas e cumpridores quando eleitos. Mas é muito difícil resistir e não prometer a lua e as estrelas para conseguir ganhar. Não há muitos registos de quem tenha vencido umas eleições, como o Winston Churchill, com a promessa de “sangue, suor e lágrimas”. O estado de espírito do eleitorado inglês durante a II Guerra Mundial era bem específico e o “velho leão” sabia disso.

Esta semana, o antifascista e dirigente histórico de Partido Socialista português, Manuel Alegre, afirmou que “a política tem que ser feita para as pessoas”. É inegável que os sucessivos governos de Cabo Verde trabalharam com afinco para a infra-estruturação do país. Foram-se alternando no poder, cada um reclamando a sua “sensibilidade” para as políticas sociais. Ao longo destes anos de multipartidarismo, o eleitorado tem julgado com sabedoria, reconhecendo esse mérito, ora num partido, ora noutro. Mas numa coisa o PAICV e o MpD podem estar seguros: as grandes obras públicas podem ser necessárias para ganhar eleições, mas não são suficientes. Também parece-me que já está provado que obras efectuadas nas vésperas das eleições não são “digeridas” a tempo de favorecer quem as executa. Mais: aquelas que provocam algum transtorno aos utentes, tais como arruamentos, obras de saneamento (água e esgoto), podem trazer mais amargos de bocas do que benefícios eleitorais.

Para a próxima ronda eleitoral, teremos alguns milhares de novos eleitores. Quem conseguir estabelecer melhor diálogo com esses jovens terá meio caminho andado para a vitória. É uma questão de comunicação!



CARTÓRIO NOTARIAL DE SANTA CRUZ

EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste cartório e no livro de notas para escrituras diversas número dezanove barra A, folhas trinta e nove, se encontra exarada uma escritura de habilitação de herdeiros por óbito de **AUGUSTO SILVA PINTO**, falecido no hospital Dr. Agostinho Neto na Praia, freguesia de Nossa Senhora da Graça, no dia um do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, no estado de casado com Damásia Moreira da Costa, no regime de comunhão geral de bens, que foi da freguesia de São Tiago Maior, Santa Cruz, com última residência conhecida em Porto Abaixo, Vila de Pedra Badejo.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade e deixou como herdeiro seus filhos:

Domingos Rodrigues da Silva, José Augusto Rodrigues Pinto, Rosalina da Costa Pinto, Marlene Costa Pinto e Maria Augusta da Glória Pinto, solteiros, maiores, naturais das freguesias de São Tiago Maior, Santa Cruz, e Nossa Senhora da Graça, Praia, respectivamente, residentes na Vila de Pedra Badejo.

Que não há outras pessoas que, segundo a lei, concorram com eles à sucessão na herança do mencionado Augusto Silva Pinto.

Está conforme o Original

Cartório Notarial de Santa Cruz, 03 de Junho de 2008.

A Notária p/s

Isabel Maria Brito Duarte

Jogadas arriscadas

A estratégia de “mordça” frustrada da bancada parlamentar dos “tambarinas” (na sessão parlamentar de Maio de 2008) foi superada por um “drible” completo da bancada “ventoinha” que assegurou, por intermédio de uma manobra regimental, a tribuna ao seu patrão, Jorge Santos, para proferir o seu “discurso de vitória”.

Com esse discurso, como se diz no ditado popular, JS “com um tiro matou dois coelhos”: (1) antecipa aos seus potenciais concorrentes internos do partido ao se deslocar simbolicamente da posição de “potencial candidato” a PM ao de “candidato” a PM; e, (2) faz uma demonstração de força ao adversário “tambarina” ao exibir o apoio que tem dentro do partido e no eleitorado.

No entanto, parece que, sem se aperceber, o comandante dos “ventoinhas” deixou de ser “pedra” para passar a ser “vidraça” aos olhos odiosos dos seus adversários (fora e dentro do seu partido) legitimando-os a críticas doravante mais veementes e ferozes.

Internamente aos “ventoinhas”, essa jogada “acidental” de seu patrão significou um “balde de água fria” na fervura das pretensões de seus potenciais adversários, pelo menos, por enquanto.

Externamente ao MpD, pode significar uma exposição antecipada do seu líder e do partido à condição de virtual governo ao eleitorado. Conseqüentemente, desde agora, tanto o partido e, especialmente, seu chefe, terão que demonstrar dia e noite que estão realmente prontos, preparados e melhor qualificados que seus adversários para justificarem tal pretensão. Nas futuras confrontações deve ficar provado que estão coerentes técnica, política e discursivamente.

Nessa mesma sessão parlamentar, porém, pode-se testar que há uma incoerência séria entre a técnica defendida pelos “ventoinhas” e a realidade discursiva desejada pelos mesmos. Em meio à crise económica mundial que tem provocado a inflação devido à subida generalizada e contínua de preços de petróleo e de alimentos, o governo (PAICV) propõe uma medida legislativa visando a redução da carga tributária (IVA) sobre alguns cereais visando o amortecimento do impacto in-

flacionário sobre o poder de compra das famílias, o MpD apoia a globalidade da medida, mas sugere um caminho (política de subsídio) já usado por eles (nos anos 1990) e que fracassara! (quase levava o país à bancarrota!!!). Pergunta-se: Por que tal mediada catastrófica no passado daria certo agora? Não explicaram! Segunda pergunta: será que querem ver o país afundar para tomarem o poder? Se expliquem!!!!

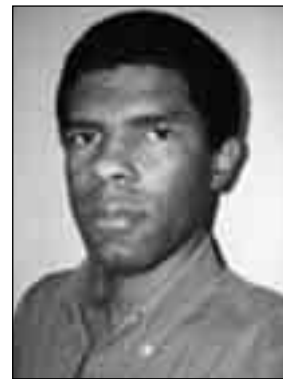
Os “Mpdistas”, em caso de sucesso da medida tomada, não poderão facturar politicamente embora tenham votado a seu favor porque divergiram tecnicamente nos meios a serem usados; em caso de fracasso também não poderão faturar porque perderam a oportunidade de, em sede própria e no momento oportuno de mostrarem e demonstrarem ao Parlamento e aos cabo-verdianos que o fracasso do passado não poderia mais se repetir no presente e por que razões. Pelo que sei, não fizeram isso!

Porém, o Governo, o PAICV e a UCID facturarão politicamente se a medida der certo, e ficarão tão prejudicados quanto os “ventoinhas” em caso de seu fracasso.

O desprezo manifesto do comandante ventoinha, JS, “*Não me preocupa a situação do cidadão Gualberto do Rosário*” (in “**ASemana**”, nº 850, caderno “*Especial Eleições*”, 23/05/08, p. 7), o homem que foi fundador e chefe maior de todos os “ventoinhas”, na hora em que ele cai no “mar da amargura” eleitoral (mindelense e cabo-verdiana) impõe indagar o seguinte: se são assim tão “mui amigos” com os “amigos do peito” das horas “boas”, imaginem o tamanho da preocupação deles para com o povão de “pé ratchádu” nas horas de crise!?!?

O Governo (PAICV) prometera um crescimento do PIB em dois dígitos e uma taxa de desemprego abaixo dos dois dígitos durante esse seu mandato: cadê? Para quando essa tão prolapada e alardeada promessa, sr. PM? Ou terá que mexer nas “peças” das áreas pertinentes (económica e social) e honrar o compromisso ou terá que “dar o dito pelo não dito” o que é muito difícil nestes tempos de registos electrónicos!

Enquanto o Governo tem até dois anos e poucos para cumprir esses objectivos macro-económicos, o “avanço” ao “estrelismo instantâneo” de JS o colocou no “olho do furacão” obrigando-o a provar permanentemente que está preparado téc-



JOÃO SILVESTRE ALVARENGA

nica e politicamente para ser PM e, situação semelhante parece ser a de seu companheiro de partido, Ulisses Silva, Presidente eleito da CMP que não pode “deixar a festa acabar” (não pode deixar nenhum problema sem “solução”) do primeiro ao último dia do seu mandato pelo nível de expectativa que criou com a “*Praia tem solução*” num contexto político crispado em que o seu principal oponente, Felisberto Vieira, já prometeu oposição acirrada.

A promessa sempre foi dívida. Só que agora a sua “cobrança” virá acrescida de “multa, juros e correcção monetária”! Os nossos “jogadores” (políticos) estão num campeonato muito mais competitivo do que imaginam estar. São sinais de novos tempos: PDM (País de Desenvolvimento Médio)!

joostav@hotmail.com

PS: felicito a todas as crianças cabo-verdianas de Santo Antão a Brava, da diáspora à terra-mãe, das moradoras nas mansões litorâneas às que moram nos bairros de lata ou que nem isso têm, das que desfrutam o convívio dos pais ou aquelas abandonadas e rejeitadas pelos progenitores irresponsáveis que nem ao menos lhes deram seus nomes, às que são dedicadas à escola e outros deveres e aquelas mais descuidadas, às crianças com necessidades especiais e as sem elas, às crianças violentadas ou aquelas amadas, enfim, a todas, os meus parabéns e votos que sejam crianças saudáveis e alegres e cidadãos responsáveis e felizes não só nesse 1º de Junho, mas sempre!



EMANUEL FURTADO

PAICV: necessidade de uma mudança segura e tranquila

Concordando que a coerência política assim o exige, é de se esperar que se tirem ilações e responsabilidades. Contudo, não compartilho da ideia da demissão do governo, pois o país está a funcionar normalmente e não há razões plausíveis, na minha opinião, que justifiquem essa posição. O PAICV assumiu a derrota! Cabe agora continuar de cabeça levantada, não apenas porque tem a responsabilidade governativa do país, mas também porque são muitos os que depositam, no partido, a sua confiança e esperança num futuro melhor. Neste sentido, cabe-nos a todos, membros, amigos e simpatizantes do PAICV, dar o nosso contributo para que o partido continue a estar na senda do desenvolvimento de Cabo Verde.

As críticas ao funcionamento interno do PAICV não são novas, já vêm desde 2002 e, portanto, são conhecidas e estão escritas. O que importa, neste momento, é que cada um formule a sua ideia para melhorar esse funcionamento. Na parte que me toca, aprez-me dizer o seguinte: o reforço do debate interno deve levar à discussão sobre a adequação das medidas de política do governo em relação às classes sociais economicamente mais desfavorecidas (a análise dos resultados eleitorais, sobretudo aqui na cidade da Praia, poderá apontar sinais nesse sentido); o respeito e a tolerância pelas ideias diferentes devem permitir o reforço institucional do PAICV; a crítica construtiva e responsável deve ser feita com vigor e discernimento, permitindo ao partido aumentar a sua democraticidade interna; a mudança deve significar uma reorientação de rumos, mais do que a simples substituição de timoneiros.

Sendo certo que a actual geração de dirigentes do PAICV tem levado o partido e o país a grandes

conquistas (e terão ainda muito a dar), o bom senso e a prudência aconselham (e acho ser este um momento oportuno) que se introduzam mudanças ao nível das estruturas dirigentes do PAICV, na perspectiva de trazer novas ideias para o interior do partido, de modo a que este esteja em melhores condições de enfrentar, com sucesso, os desafios que estão pela frente.

Essa mudança (não ruptura) implica no aproveitamento de todas as capacidades disponíveis: quadros com experiência acumulada mas que não têm encontrado um espaço de participação; jovens recém-formados com todo um manancial de conhecimentos e potencialidades que querem explorar; mulheres com uma rica vivência colectiva e que muito podem oferecer ao partido e à sociedade cabo-verdiana; além de muitas outras pessoas que, de forma informal, querem ajudar na elaboração e materialização do projecto do PAICV para a nação cabo-verdiana.

Ora, isto só se torna possível e realizável, se aprofundarmos o conceito de uma ética necessária para o exercício da política e do poder; se apostarmos no diálogo para a resolução de conflitos; se tivermos a sabedoria de passar a experiência adquirida à nova geração; e se soubermos, com clarividência, introduzir novas competências na gestão do partido. O desprendimento dos membros do PAICV em prol das grandes causas do nosso país deve resultar em que cada um exprima o que sente e pensa, de forma espontânea, verdadeira e natural. Só assim teremos a vitalidade necessária para darmos combate aos nossos adversários políticos e enfrentar os desafios do desenvolvimento de Cabo Verde, designadamente, nos domínios de emprego (sobretudo para jovens e mulheres), habi-

tação, segurança e redução da pobreza (aposta na educação, saúde, segurança alimentar e habitação para a população de baixa renda).

O governo, que, do meu ponto de vista, tem feito um trabalho de elevado mérito, conseguindo resultados macroeconómicos importantes, deve dar maior atenção à promoção do empreendedorismo (sobretudo como elemento de combate ao desemprego juvenil e de longa duração); à reinserção social de reclusos e toxicodependentes; ao combate à criminalidade (é fundamental retomar a proposta de lei sobre a lavagem de capitais e interpelar o maior partido da oposição se continua a bloquear a aprovação desse importante diploma legal) e, muito importante, atender às necessidades específicas da camada da população cabo-verdiana que se encontra numa situação sócio-económica difícil. Aqui, também deve funcionar a solidariedade social e penso que as estruturas sectoriais do PAICV e da JPAI podem desempenhar um papel dinamizador de iniciativas direccionadas a essa camada social.

Concluindo, o reforço institucional do PAICV, da sua liderança (que penso não deve ser posta em causa, mas sim ser reforçada) e uma maior abertura para a participação da comunidade, constituem eixos fundamentais para a afirmação e renovação dos compromissos do partido perante a sociedade cabo-verdiana. Acredito que temos condições para recuperar a força do PAICV, nas suas bases e devemos pensar, desde já, em mecanismos que dêem autonomia e sustentabilidade financeira às suas estruturas. As minhas ideias em relação a estas matérias vêm sendo aprofundadas e serão dadas a conhecer ao partido nos órgãos próprios do mesmo.

Cidade da Praia, Junho de 2008

MAA revitaliza pecuária em São Nicolau



O Ministério do Ambiente e Agricultura vai revivificar o posto de Fomento Pecuário do Calejão, São Nicolau, para não só melhorar as raças existentes na sua ilha como introduzir outras novas. O programa de melhoramento de raças arrancou em 2001 mas, com a revitalização deste posto, afirma o delegado do MAA, Adilson Melício, ganha nova dinâmica.

Galinhas poedeiras, porcos, coelhos são algumas das raças contempladas neste programa, que teve início em 2001 com gado caprino e bovino. De acordo com o delegado do MAA, neste momento todo o projecto chegou aos diversos ramos da pecuária pelo que é de esperar que o impacto deste investimento seja sentido nos campos de São Nicolau. “São vários projectos financiados pelo programa de investimentos, mas também no âmbito da cooperação espanhola, sendo que esta contempla, sobretudo, a agricultura e a pecuária”, diz Adilson Melício.

O programa financiado pela cooperação espanhola, indica o delegado do MAA, atende o biénio 2007/08 e contempla a mobilização de água para rega, fruticultura, horticultura e pecuária. Aqui, as raças melhoradas de bovinos e caprinos “virão das Canárias, Açores e Brasil. Vamos lançar um concurso para

importar esses animais do exterior”, conta Adilson Melício.

Para além de apoiar materialmente os criadores, o programa tem uma vertente formativa, que abarca a criação de animais e a transformação do leite. Isso porque, no entender de Adilson Melício, as pessoas que se dedicam à pecuária terão de saber, por exemplo, como conseguir uma boa cabra ou vaca leiteira, através do cruzamento de raças.

Mas em toda essa revolução na pecuária de São Nicolau, sobressai a intervenção do Centro de Fomento Pecuário (CFP) do Calejão no sector da suinicultura. As suas acções abarcaram toda a ilha, com dezenas de criadores a beneficiar deste programa que, entre 2007 e 2008, apoiou a construção de mais de 60 pocilgas. O apoio consiste em localizar estas infra-estruturas em lugares que não ponham em perigo a saúde pública e concede aos beneficiários não só todo o material necessário para edificar a sua pocilga, mas também um leitão e cinquenta quilos de ração para iniciar a sua actividade.

No que toca ao gado caprino, a delegação local do MAA vai aumentar este ano o número de cabras e bodes que começou a adquirir em 2007 nas Canárias, visando massificar essa raça em São Nicolau. Já no que concerne

ao gado bovino, o CFP de Calejão dispõe de um boi de raça, que cruza com vacas de vários criadores, que para o efeito levam os seus animais ao centro. E ainda dez vacas de raça estão para chegar à ilha de São Nicolau, provenientes dos Açores, encontrando-se cinco desses animais já na Praia para serem encaminhados para a ilha.

UNIDADES PRODUÇÃO DE QUEIJO

Paralelamente ao melhoramento de raças em curso, a delegação do MAA em S. Nicolau quer fomentar a criação de unidades familiares de produção de queijo, tendo em vista a quantidade de leite que a ilha poderá produzir daqui a algum tempo, em consequência da introdução de raças melhoradas, quer caprinas, quer bovinos. Para atingir esse objectivo, e antecipando os acontecimentos, o MAA já financiou a construção de duas dessas infra-estruturas, uma na Praia Branca e outra em Campo de Porto.

Já na localidade de Belém, diz Adilson Melício, será implantada uma fábrica destinada à transformação do leite que se vier a produzir não só na zona leste de S. Nicolau como noutros pontos desta ilha. CP

Boa Vista alberga centro de Investigação das tartarugas



A ilha da Boa Vista vai acolher um centro de investigação da biodiversidade no Atlântico. O centro, que deve estudar sobretudo as tartarugas marinhas vermelhas, está orçado em cerca de três milhões de euros, financiados pelo governo das Canárias. O lançamento da primeira-pedra acontece amanhã, 07, em Ervatão, num acto a ser

presidido conjuntamente pelo primeiro-ministro, José Maria Neves, e pelo presidente do governo das Canárias, Paulino Rivero Baute.

O Centro de Investigação da Biodiversidade no Atlântico terá o formato do casco de uma tartaruga, espécie que vai ser o seu principal objecto de estudo.

A infra-estrutura vai começar por investigar as tartarugas marinhas, tendo em conta que o nosso país alberga a segunda maior reserva dessa espécie no Atlântico, depois dos Estados Unidos da América. A Boa Vista é o terceiro lugar do mundo mais procurado pelas tartarugas marinhas vermelhas, que ali vão desovar. Daí a importância do centro localizar-se na ilha das dunas.

O centro será um espaço de estudo e pesquisa das tartarugas marinhas, no sentido de preservar a espécie que corre sérios riscos de extinção. Mas o projecto que vai ser lançado amanhã na Boa Vista é mais ambicioso: quer proteger não só as tartarugas, mas também toda a riqueza ambiental, como pássaros endémicos e os recursos marinhos da ilha. Conforme avançou a Natura 2000, um projecto de preservação das tartarugas que irá trabalhar directamente com o centro de investigação, este será um lugar onde todo o mundo pode vir para pesquisar.

As Canárias também terão muito a ganhar com a construção do projecto na Boa Vista, pois, a partir de Cabo Verde, poderão repovoar o seu mar com tartarugas. Esta espécie antigamente

abundava nas costas canárias, mas de há muito que está ali extinta por causa da acção do homem e do consumo exagerado da sua carne. A Natura 2000 tem o objectivo de salvar entre 1000 e 2000 ninhos por ano. E dentre os ninhos salvos, 1% será levado para as Canárias visando a reintrodução da espécie. Quer-se também repovoar outras costas das ilhas de Cabo Verde e, quem sabe, outros lugares da costa africana.

A Natura 2000, projecto canarino instalado há largos anos na Boa Vista, alerta para o perigo que representa a captura das tartarugas. É que segundo cálculos de que dispõe, um terço das que vieram desovar no ano passado na Boa Vista foi morta em praias não protegidas. “Há 10 km de praias não protegidas pela Natura 2000 na Boa Vista. Isso quer dizer que 70% das tartarugas foram mortas nestas praias”, salientou.

A protecção das tartarugas marinhas pode ser também uma mais-valia para a população, que pode também usufruir proveitos de um turismo diferente na sua ilha, mais ecológico atractivo e rentável. “Sol, mar e praias de areia branca existem em muitos lugares do mundo. Mas lugares onde ainda é possível ver tartarugas a desovar são já poucos. Daí ser mais um potencial turístico para a Boa Vista”, realçou a nossa fonte dizendo que a população pode também ajudar na preservação, não matando, comprando ou comendo as tartarugas, pois esses animais demoram muitos anos para se reproduzirem.

Depois do lançamento da primeira-pedra, que deve acontecer por volta das 10h15, a comitiva deve seguir para a povoação de João Galego, onde fará a abertura oficial da exposição “Actividades de Investigação sobre a Biodiversidade em Cabo Verde”. SF

Electra procura dois dessalinizadores para a Praia

A Electra – Empresa de Electricidade e Água está à procura de dois dessalinizadores de 1.200 toneladas/dia para resolver o problema urgente da Praia. Este é um processo que, de acordo com o presidente da Comissão Executiva da Electra, Antão Fortes, deverá ser avaliado esta semana.

O assunto ainda está envolto em mistério, e não se sabe bem porquê. A verdade é que, segundo uma fonte deste jornal, a Electra lançou um concurso para aquisição dos equipamentos, mas nem mesmo as empresas do ramo que operam em Cabo Verde conhecem os meandros desse processo.

Ao A Semana, o presidente da CE da Electra confirmou que, de facto, a empresa está à procura de dois dessalinizadores de 1.200 m³/dia para resolver o problema urgente da Praia. Antão Fortes não avança entretanto outros detalhes porque, diz, o processo só será avaliado esta semana. “Preferimos deixar mais detalhes sobre esta matéria para finais desta semana, altura em que esperamos estar mais habilitados para o efeito”.

Refira-se que, nos últimos tempos, a falta e/ou a pouca qualidade da água que se consome na capital tem feito manchete na comunicação social do país e da diáspora. O mais grave, escrevem, é o silêncio da Electra, que dia sim, dia sim brinda os praienses com cortes no fornecimento de energia eléctrica e água. E a Electra não faz distinção nos cortes, da Achada São Filipe à Achada Santo António, Fazenda, Achadinha, Palmarejo...

A expectativa é que, com os dois dessalinizadores, a empresa possa resolver o problema da falta e/ou da pouca quantidade de água na cidade da Praia. CP



MISSA DO 7º DIA

Mãe, filha, irmãos e demais familiares, comunicam que será rezada a missa do sétimo dia por alma da filha, mãe e irmã, MARIA DE LOURDES ANDRADE ALVES AZEVEDO FERNANDES, no próximo dia 6 de Junho, sexta-feira, pelas 18h00, na igreja matriz da cidade da Praia.



Gilles Filiatreault por um fio

O director-geral da TACV, Gilles Filiatreault, não deve durar por muito mais tempo na empresa, apurou **A Semana**. Informações chegadas a este jornal dão-lhe como estando de saída - "é uma questão de dias", asseguram as nossas fontes. O governo decidiu chamar a si o dossier, estabelecendo pontes com os pilotos, para pedir-lhes "um pouco mais de paciência", porque vai resolver o "problema Gilles". "É a prioridade das prioridades na agenda governamental", assegura-nos uma fonte. Entretanto, contactado por este jornal, o ministro Manuel Inocêncio não se descoeu, preferindo o lugar-comum: "Tudo não passa de desinformação".

Tudo leva a crer que na origem desta tomada brusca de consciência do Governo sobre a situação da TACV está a greve dos pilotos, anunciada na última edição de **A Semana**, bem como o draft de um relatório e contas nas mãos de Manuel Inocêncio e que, segundo uma fonte, "é um desastre total". "Frente a

esse relatório o ministro não pode continuar a apoiar o Gilles. É impossível", comenta.

E, enquanto a bola rola num ritmo cada vez mais acelerado, **A Semana** soube que Gilles e a sua directora de recursos humanos reuniram-se com a Associação dos Pilotos na quarta-feira, reunião essa que prosseguia ontem à noite, ao fecho desta edição. Ao que tudo indica, diante dos últimos acontecimentos ocorridos na empresa, com os pilotos a ameaçar com uma paralisação, o director-geral procura um entendimento com aquela categoria navegante. Mas ao que parece é tarde demais.

Isto porque os pilotos, em vez de "amainar", decidiram endurecer as suas posições. Agora, por exemplo, alegam o incumprimento por parte da Direcção da TACV de um acordo anteriormente assinado com a empresa para não voar no seu segundo dia de folga, o que vai implicar o cancelamento de voos nos próximos dias. Aliás, já ontem se veri-

cavam atrasos consideráveis em algumas destinas da TACV.

Uma fonte governamental nega, entretanto, que Filiatreault tenha recebido de Manuel Inocêncio qualquer "pay off", como neste momento circula nos corredores da TACV, admitindo, todavia, que a permanência do canadiano é cada vez mais difícil. "Há muito a discutir para se chegar à rescisão de contrato", explicou. "O que se pode admitir, neste momento, é que se está em situação de quase ruptura. Para todos os efeitos, o governo está a estudar os vários cenários e um deles é o da rescisão de contrato com Filiatreault".

A mesma fonte admite, no entanto, que os próximos sete dias vão ser decisivos para o futuro da TACV e do próprio Filiatreault. Ainda que não conste directamente na agenda do Conselho de Ministros marcado para a manhã desta sexta-feira, o caso da TACV é, seguramente, um dos assuntos que dificilmente deixará de vir à baila na reunião.

Serventes e Técnicos de Saúde do HBS já estão inscritos no INPS

Os serventes e técnicos de Saúde do Hospital Baptista de Sousa, em São Vicente, já estão inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A boa notícia é dada por Eduardo Fortes, responsável do Sintap, e vem na sequência da denúncia feita em primeira-mão pelo **A Semana** sobre a situação desses trabalhadores que vinham efectuando descontos há um ano e três meses sem usufruir de qualquer benefício.

Esta boa nova, há muito aguardada pelos serventes e técnicos de Saúde do HBS, deveria ser-lhes apresentada na tarde de ontem, quinta-feira, 05, numa assembleia de trabalhadores. "Tivemos um encontro com o director do HBS no início desta semana" e "este comprometeu-se a devolver aos serventes e técnicos de saúde o montante que lhes vinha sendo descontado dos seus salários há um ano e três meses. É que o HBS só fez a inscrição desses trabalhadores no INPS agora no mês de Abril, depois de uma denúncia do Sintap feita no **A Semana**", confirmou o sindicalista Eduardo Fortes.

Curioso é que, no dia em que o director do HBS e o Sintap se reuniram para clarificar a situação, este jornal foi procurado por um grupo de trabalhadores - serventes e técnicos - que queriam falar, uma vez mais, sobre a sua inscrição no INPS. "Estamos muito descontentes porque todos os meses descontam do nosso salário para o INPS e não usufruímos de nenhum benefício. O mais caricato é que só agora é que nos solicitaram os documentos para a inscrição e fotos para o cartão de seguro", diziam.

Ao confrontar o Sintap, Eduardo Fortes garantiu-nos que a situação já foi resolvida e que na quinta-feira prestaria todos os esclarecimentos aos técnicos de saúde e serventes. E mais, o HBS aceitou devolver o dinheiro descontado dos seus salários ao longo destes 15 meses.

CP

Contentor saído de Cabo Verde apreendido em Lisboa com mais de 100 quilos de cocaína

Dois contentores frigoríficos, que partiram de Cabo Verde com destino a Lisboa, supostamente vazios para importar um carregamento de frutas, serviram como disfarce para o despacho de 103 quilos de cocaína na Europa. A operação foi interceptada pela Polícia Judiciária portuguesa no último domingo, 01.

As duas arcas tinham como destino final a capital espanhola, Madrid, onde seriam carregadas de frutas para vender em Cabo Verde. A droga viajou escondida no tecto falso de um dos contentores, o outro, apesar de também revelar o disfarce, não continha nada. Ao todo, o carregamento de cocaína está estimado em mais de 2 milhões de euros.

A imprensa lusa narra que, numa operação levada a cabo em com a Agência Tributária de Espanha, a PJ deixou seguir os contentores até o último destino, para fazer uma "entrega controlada", e que acabou na detenção de três colombianos que estavam à espera da droga num armazém de Madrid. No dia seguinte, a PJ prendeu na zona

de Lisboa um empresário português, 48 anos, responsável pela logística da rede do tráfico e que devia despachar de volta a Cabo Verde as arcas preenchidas com laranjas, maçãs e frutas de Espanha.

A imprensa portuguesa ressalta que os navios oriundos de Cabo Verde costumam "deixar a PJ em alerta". "Há muito que este país está referenciado como plataforma giratória de cocaína da América do Sul com destino à Europa. A chegada de contentores vazios, no final de Maio, e com o pretexto de ir carregar fruta a Espanha, levantou várias suspeitas", informa o Correio da Manhã. Depois de desfeita a rede foram apreendidos também carros e computadores.

Na verdade, esta não é a primeira vez que contentores aparentemente vazios, a tentar viajar de Cabo Verde, rumo à Europa são encontrados com droga no seu tecto falso. Em Março do ano passado um contentor do mesmo tipo, pertencente a um operador português, foi preso no porto da Praia contendo mais de 500 quilos de cocaína.



Os sistemas de placa de gesso laminado são formados por uma estrutura metálica e placa de gesso para realização de todos os tipos de tectos e divisórias



import export

Consulte-nos: www.mj.cv
E-mail: mj@mj.cv
Tel. 231 90 21 Fax 232 22 20



A melhor solução na área de restauração e design de interiores, para a sua empresa ou residência



Placas de Gesso Laminado para tectos falsos e divisórias
657S00/m2
IVA incluído



Isolamento Lã de Roche
Arena 40
482S00/m2
IVA incluído



novaliança

comercialização materiais construção

Visite a sua loja nas galerias Luso-Africana
São Vicente Tel: 230 07 79 Fax: 230 07 78

CONSTRUA A CASA DOS SEUS SONHOS COM MATERIAIS DE QUALIDADE AO MELHOR PREÇO